

Jornalismo, seus novos atores e processos de produção

Entrevista com a professora e pesquisadora Joana Belarmino de Souza (Universidade Federal da Paraíba)¹



130

“Estamos substituindo gradativamente o face a face, ou mesmo os convencionais dispositivos de troca de informações, pela instituição da segunda tela”, afirma Joana. (Foto: Márcia Boroski).

1 Entrevista realizada por Karine Arminda de Fátima Segatto (mestre em Jornalismo pela UEPG) e Marcia Boroski (mestre em Comunicação pela UEL e professora do curso de Jornalismo da UEPG).

Acessibilidade, comunicação e ciberativismo são pontos de convergência dos estudos de Joana Belarmino de Sousa, jornalista formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPA), mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Atualmente, é professora do curso de Jornalismo da UFPA e coordenou o início do primeiro Programa de Pós-Graduação em Jornalismo - Mestrado Profissional, o qual proporciona a formação de profissionais cujos interesses de pesquisa dialogam diretamente com o mercado de trabalho.

Essa relação entre a Pós-Graduação e o mercado é um dos temas da conversa de Joana Belarmino com a Pauta Geral e foi ponto de partida para a discussão sobre os desafios da prática jornalística na atualidade, com novos atores e processos de produção. Entre as respostas desta entrevista, Joana Belarmino também questiona: “Como ser essencial na sociedade tecnológica?”. Pergunta de ouro para quem pensa o jornalismo e que envolve a qualificação dos profissionais, o uso nas redações das inovações tecnológicas, das redes sociais e dos aplicativos para dispositivos móveis.

Outro tema que faz parte das pesquisas e da vida de Joana Belarmino, cega desde o nascimento, é a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Para o jornalismo, esse público infelizmente ainda estaria invisível tanto para os produtores das notícias quanto para os meios de comunicação, mesmo com as possibilidades de acessibilidade de conteúdo que surgiram com a internet e os dispositivos móveis.

Pauta Geral: Você é professora do primeiro mestrado profissionalizante em Jornalismo no Brasil, oferecido pelo Departamento de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba. Uma inovação tanto no âmbito acadêmico quanto na qualificação do profissional. Como surgiu a ideia de criar o curso e qual sua relevância para o jornalismo brasileiro?

Joana Belarmino: Vínhamos pensando o curso desde 2010, mas a sistematização deu-se em 2012, quando apresentamos a proposta à Capes. Nosso curso de Comunicação em nível de graduação vinha formando jornalistas há quatro décadas. Havia uma demanda reprimida de profissionais que poderiam beneficiar-se com a formação universitária em nível de pós-graduação. Queríamos dar visibilidade a esses profissionais e ao campo do jornalismo propriamente dito, suas transformações, as perspectivas de prospecção e inovação, articuladas ao desenvolvimento do campo na região Nordeste. Assim nasceu o nosso programa de pós-graduação em Jornalismo, de natureza profissional.

PG: E como foram pensadas as disciplinas da grade curricular?

JB: São catorze disciplinas, articuladas, poderia dizer, em três grandes eixos. O primeiro contempla as disciplinas teórico-reflexivas, envolvendo as teorias do jornalismo, a ética, os processos de construção da notícia, assim como todo o campo das metodologias e pesquisas da investigação na área. O segundo eixo traz as pesquisas aplicadas, através de laboratórios, e o terceiro mobiliza o fértil campo das inovações tecnológicas, como o webjornalismo, os dispositivos de produção e distribuição, as chamadas práticas colaborativas e de cidadania, etc.

132

PG: Quais os diferenciais e semelhanças em relação ao mestrado acadêmico?

JB: Os diferenciais envolvem o tipo de trabalho final. Para além da dissertação, há uma gama de possibilidades de desenvolvimento, como produtos, técnicas, aplicativos informáticos, dossiês, entre outros. Outra diferença é o público alvo do Programa, aberto sobretudo aos profissionais que estão no mercado. A proposta original de um mestrado profissional pode ser implementada para uma única turma, no nosso caso, estamos mantendo a mesma proposta já para três turmas. A legislação da Capes assegura que o diploma do mestrado profissional garante ao seu portador, os mesmos direitos que ele obteria com um diploma de mestrado acadêmico.

PG: Em sua opinião, o mercado jornalístico regional no Brasil está aberto a esses profissionais mais qualificados e críticos?

JB: Avaliando a questão pela via da região Nordeste, e mais particularmente da Paraíba, penso que o mercado ainda é bastante conservador. Ouço dizer que as transformações ocorrem por dentro, ali onde o profissional atua. É o próprio profissional qualificado que começa a requalificar seu trabalho, melhorar as rotinas de produção e repensar suas práticas. Nosso programa tem acolhido profissionais de importantes empresas jornalísticas do estado e da região. Alguns dos projetos propostos terão ressonância dentro dessas empresas jornalísticas, isto porque muitos desses profissionais ocupam postos-chave nas mesmas. Do ponto de vista da região, penso que há alguns nichos de desenvolvimento. O mercado vai se modificando gradativamente, e com certeza a qualificação desses profissionais, nas próximas décadas, será um fator a mais para a valorização desse profissional.

133

PG: Ainda sobre o jornalismo regional, em sua opinião, as empresas de comunicação estão explorando as novas tecnologias em prol do jornalismo?

JB: Ainda que falte um debate sobre a questão, há sim importação de modelos tecnológicos. Eu diria, ainda que sem nenhuma pesquisa sobre o tema, que muitas vezes é o próprio profissional que incorpora suas tecnologias às rotinas de produção, mas, há sim o movimento das empresas regionais no sentido de incorporar novas tecnologias, sistemas próprios de bancos de dados, aplicativos de tratamento, etc. Hoje, o diálogo nas redações se dá fundamentalmente via redes sociais, como *WhatsApp*, onde se decidem pautas, mudanças de rotas de coberturas, e onde se pratica conversação ligeira sobre o dia de trabalho.

PG: O uso da tecnologia no jornalismo melhorou a produção de conteúdo informativo?

JB: Há todo um potencial a ser explorado. Ouço dizer que temos grande quantidade de produção de informação, mas há falta de qualidade, imprecisão, cobertura apressada, repetição, o que poderíamos chamar de agendamento homogêneo. Acredito que os jornalistas têm um grande manancial, mas falta formação para a sua competente exploração. A era atual cria possibilidades para um crescimento exponencial do jornalismo investigativo, isto porque, rastrear informação tornou-se uma tarefa possível. Curiosamente, o jornalismo investigativo decresce nas mídias comerciais, em favor de uma espécie de jornalismo apressado do tipo, “publica depois apura”.

PG: Como você vê o jornalismo móvel no Brasil?

JB: Ainda é um grande campo de experimentação. A ferramenta já está plenamente incorporada às rotinas do jornalista, mas, quem mais tem se aproveitado dessas tecnologias são os chamados midialivristas. As empresas comerciais, engessadas por rotinas de produção de décadas passadas, vão incorporando aos poucos esse novo recurso.

PG: Os jornalistas estão conseguindo usufruir das potencialidades do Twitter para divulgar conteúdo informativo? Quais outras redes sociais se destacam?

JB: Não tenho dúvidas de que o Twitter é hoje o lugar de onde se disparam muitas informações que serão notícias. Poderíamos falar de uma prática em que jornalista segue jornalista do veículo concorrente só para ver o que ele faz. Essa é, aliás, uma das causas do agendamento homogêneo. Penso que o *WhatsApp* é outra rede social importante incorporada às rotinas. As redações dos anos oitenta, nas quais eu trabalhei, eram permeadas pelo barulho das máquinas de escrever. Hoje, impera uma espécie de silêncio ocupado, em que os jornalistas conversam, permutam informações, via redes sociais, sobretudo *WhatsApp*. Note que há aqui uma mudança

crucial dos processos técnicos, porém essa troca simbólica de conteúdo pode ser comparada ao que acontecia com o face a face nas redações, o velho telefone, ou até mesmo, para ir mais longe, a troca de informações pelo telégrafo, via cabos submarinos. Parece que estamos substituindo gradativamente o face a face, ou mesmo os convencionais dispositivos de troca de informações, pela a instituição da segunda tela, que concentra funções de ser ao mesmo tempo, a caneta, o telefone, a máquina fotográfica e, muitas vezes, a ferramenta de redação do texto.

PG: Sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência, como a web e, mais recentemente, os aplicativos para dispositivos móveis, estão contribuindo para a autonomia do consumo de informação?

JB: Eu diria que esses são, por assim dizer, os novos leitores de jornais forjados pela era tecnológica. Mas, infelizmente, a maioria dos meios de comunicação ainda não tomou ciência disso. A web 2.0, com os dispositivos móveis e suas estratégias de acessibilidade nativas, despejou no cenário do webjornalismo grande quantidade de nova audiência, pessoas cegas, surdas, com dificuldade de mobilidade. Os meios ainda não têm um contrato de leitura para fidelizar esse tipo de leitorado.

PG: Como as pessoas com deficiência estão aproveitando as redes sociais para articulação de suas demandas e denúncias, como serviços inacessíveis e situações de preconceito, por exemplo?

JB: Eu diria que hoje eles se articulam no que poderíamos chamar de coletivos de cidadãos livres. O movimento de pessoas com deficiência, nas décadas de setenta e oitenta, organizou-se como os outros movimentos sociais, em associações, com estatutos, reivindicações, pautando seus eventos presenciais. Hoje, cada cidadão com deficiência é um auto advogado das demandas. Eles se juntam, forjam abaixo-assinados, fazem petições, tudo via internet. É um avanço, mas ao mesmo tempo traz

questões do tipo: essa aliança virtual pode ser forte o suficiente para transformar processos e situações de discriminação, exclusão digital?

PG: Qual seria o papel das empresas de jornalismo e dos jornalistas para mudanças na cobertura sobre as temáticas que envolvem as pessoas com deficiência e também para mudanças na acessibilidade das notícias? Como a Universidade está colaborando para avanços em pesquisa e inovação na área de acessibilidade?

JB: Respondo essas duas questões entrelaçadas. A palavra-chave desse desafio é formação. A universidade precisa formar jornalistas no tema da acessibilidade. As empresas, por sua vez, precisam tomar a acessibilidade como prioridade e criarem modos de interação entre campo jornalístico, campo informático e das engenharias de telecomunicações.

136

PG: O desenvolvimento digital, sobretudo para o smartphone, possibilitou que o chamado “público” fosse convidado e convocado a participar do registro dos acontecimentos, construindo uma rede de cobertura menos centralizada. Ao encontro disso vemos uma intensa produção de fotografias, nem sempre informativas, jornalísticas ou de caráter cidadão, mas apenas para exposição. Como você vê este processo? As possibilidades de acessibilidade na internet dão conta desta demanda?

JB: Por um lado, exalto essas novas possibilidades, por outro, acendo como que uma lâmpada vermelha para os jornalistas. A imprensa sempre foi central nas sociedades, como vigia da democracia, das instituições sociais, da defesa dos direitos. Parece-me que a imprensa, e todo o seu campo de entorno, precisa pensar na questão: Como ser essencial na sociedade tecnológica? As empresas têm se aproximado de uma colaboração por parte dos cidadãos, mas é muito mais para demarcar esse seu lugar de centralidade, do que propriamente para instituir o que poderíamos chamar de

mídias livres, democráticas e abertas. Com todas as possibilidades de participação dos cidadãos, vivemos no país, o ápice de uma hegemonia midiática que, às vezes, ameaça a democracia, ameaça o paradigma do bem informar, de forma plural, diversa e inteligente.